

RONDÔNIA ECOLÓGICA



Há duas Rondônias que se defrontam todos os dias. A Rondônia colonizadora quer seguir avançando mata adentro como tem feito nos últimos 25 anos. Com o ímpeto devastador dos conquistadores, partiu rumo a Oeste, ocupou uma das últimas fronteiras intocadas do Brasil e transformou o antigo território em mais um Estado da União. A colonização desordenada cobra seu preço até hoje: migrantes do Sul ao Nordeste, sem qualquer freio para sua ânsia de progresso, deixaram um rastro de destruição no coração da selva amazônica. Agora, uma Rondônia ecológica quer mudar esse passado, ordenar seu crescimento, transfor-

mar sua própria imagem predadora – explorada mundo afora em documentários que exibem monumentais queimadas, desmatamento e índios doentes e aculturados. Desta vez, a floresta parece ter ganho fortes aliados: a proteção ambiental passou a ser uma prioridade de governo, apoiada num ousado projeto em parceria com o Banco Mundial. O Plano de Gerenciamento dos Recursos Naturais de Rondônia, ou apenas Planaflo, tem a pesada missão de disciplinar a ocupação do Estado e, sobretudo, conciliar o desenvolvimento econômico da região com a proteção do meio ambiente. “É uma tarefa difícil, mas fundamental para o futuro da Amazônia”, admite o governador

Valdir Raupp, também ele um migrante que saiu de Santa Catarina há 18 anos para tentar a sorte no novo Eldorado.

É lá no final dos anos 70 que começa a história da Rondônia colonizadora. Pelas mãos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, cerca de 35 mil famílias de agricultores ganharam um tão sonhado pedaço de terra no território até 1987. Dessa maneira, o governo federal atacava dois problemas: ocupava a fronteira Oeste e tentava solucionar os problemas fundiários das regiões Sul e Nordeste. Para dar um empurrão nessa ocupação, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, chamado de Polonoeste,

PALESTINOS

Papai sabe tudo

Consagrado nas urnas, Yasser Arafat tenta conciliar o apoio dos radicais e de Israel

Todos apóiam Yasser Arafat. Até seus inimigos. Eleito presidente da Autoridade Palestina no sábado 20 com 88,1% dos votos, ele ganhou um carimbo de democrata, inédito no mundo árabe, e um importante reconhecimento internacional. Seu partido, a Al Fatah (nacionalista, com 50 deputados), terá o controle do Parlamento de 88 cadeiras. A maioria dos independentes eleitos tende a permanecer à sombra da *hata*, o xale quadriculado preto e branco que Arafat quase nunca tira. Mesmo as únicas duas lideranças oposicionistas de peso que os palestinos elegeram – o médico Haidar Abdel Shefi e a professora de inglês Hanan Ashrawi – não contestam a liderança do presidente. O comparecimento em peso dos palestinos às urnas (cerca de 75%) deixou claro que as três maiores forças de oposição – a Hamas (radicais islâmicos), a Frente Popular e a Frente Democrática pela Libertação da Palestina – pisaram em um polpudo tomate ao não participar das eleições. De fato, quatro simpatizantes da Hamas e três da Frente Popular foram eleitos ao Parlamento, como independentes, sem que seus chefes tivessem condições de impedi-los, ou mesmo de expulsá-los. A Hamas, contrária ao acordo de paz com Israel, atendeu ao apelo de Arafat e não explodiu bombas em território israelense que pudessem atrapalhar o processo eleitoral. A própria candidata que ousou desafiar Arafat

na corrida presidencial, a assistente social Samiha Kalil, 72 anos, foi por muito tempo ativista da Frente Democrática. Ela, aliás, fez questão de dizer que não pode ser classificada como opositora e sim como “diferente” de Arafat. Todo esse apoio entre os palestinos soma-se ao aval israelense, para que o novo presidente continue avançando no processo de independência política. E a quase unanimidade deve dar um bom fôlego a Arafat, em sua luta por conseguir o melhor acordo possível, rumo a um acerto territorial definitivo com Israel até 1998.

O curioso é que a dobradinha processo de paz/eleições palestinas criou um equilíbrio inédito de forças na região. Quem se acostumou a inimigos de meio século, agora pode tê-los como grandes aliados. Arafat, por exemplo, precisa prosseguir o processo de paz com Israel, sua tábua de flutuação política. Ao mesmo tempo, não tem como abrir mão do apoio da Hamas, que conta com uma ampla audiência junto aos palestinos mais pobres. Quer dizer, ele tem que admitir – pelo menos em certa medida – o terrorismo islâmico, até como instrumento de pressão diante dos israelenses. Mas não pode perder o controle do terror, a ponto de romper a negociação com Israel. Já a Hamas, se deixar de lado o



Arafat nas eleições: até os adversários aprovam

radicalismo, perderá o charme de atração, em especial para os jovens militantes. Se exagerar no tamanho das bombas, porém, entra em rota de colisão com Arafat, sua popularidade e seus planos de paz. Isso também reforçaria a pregação da direita israelense, que faz da crítica às negociações com Arafat seu mote para as eleições de novembro.

Quanto ao primeiro-ministro trabalhista Shimon Peres, de Israel, enquanto segue o caminho da paz com os palestinos, tem que ordenar represálias duras contra o terror da Hamas, ou então atirará parte de seu eleitorado nos braços da direita. Em janeiro, Peres não hesitou em autorizar a execução de Yahya Ayash, o “engenheiro”. Mentor de vários atentados contra civis israelenses, Ayash foi morto em Gaza, em pleno território da Autoridade Palestina. Mas se Peres exagerar nas represálias, desgastará Arafat e o próprio processo de paz.

As fronteiras entre amigos e inimigos estão cada vez mais tênues na região. Terroristas e trabalhistas, radicais judeus e moderados palestinos estão amarrados uns aos outros, no mesmo barco. Cada um faz seu jogo, mas não se arrisca a chutar o tabuleiro. Bom para Abu Amar (pai construtor, nome de guerra de Arafat), que aposta nessas indefinições para não perder o apoio de ninguém, afirmar-se como o papai sabe tudo e conseguir o Estado palestino.

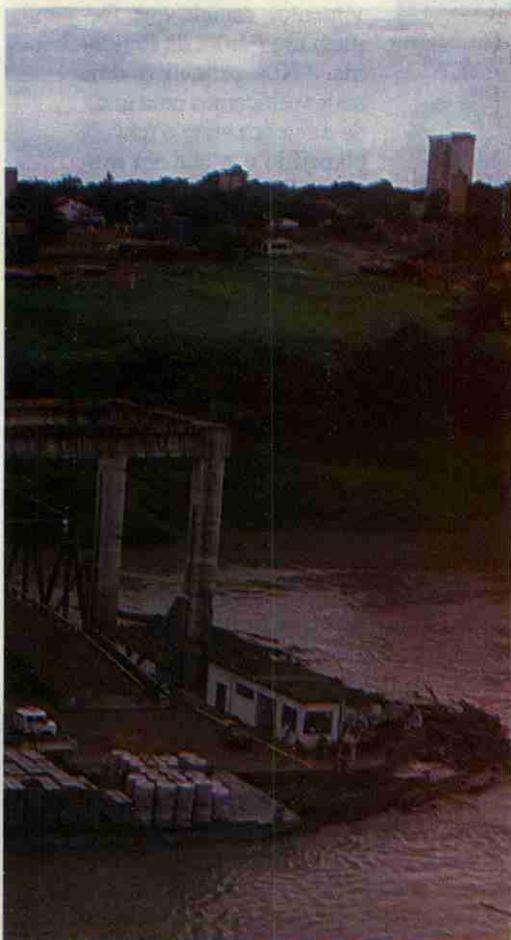
Grupos armados: importantes para Arafat, desde que sob controle

Jayne Brener



Banco Mundial tenta corrigir erros da colonização com projeto revolucionário

ÁLVARO ALMEIDA E JUCA RODRIGUES (FOTOS), DE PORTO VELHO



O cais de Porto Velho vai se transformar em um moderno porto graneleiro: balsas transportarão a safra agrícola pela hidrovía do rio Madeira



que teve como grande obra a construção da BR 364, que ligou Cuiabá a Porto Velho. Grande parte do custo da rodovia foi bancado por recursos do Banco Mundial, que acreditava estar contribuindo assim para a melhoria das condições da região. Grave engano. Foi através do asfalto da estrada que a devastação cortou Rondônia de ponta a ponta. O erro foi tão grosseiro que o Banco Mundial acabou no banco dos réus, a ponto de no ano passado seu presidente, o uruguaio Enrique Iglesias, pedir desculpas formais ao Brasil pelos danos causados à Amazônia. Justamente para redimir a própria instituição financeira e corrigir as distorções da colonização de Rondônia é que nasceu o Planaflo.

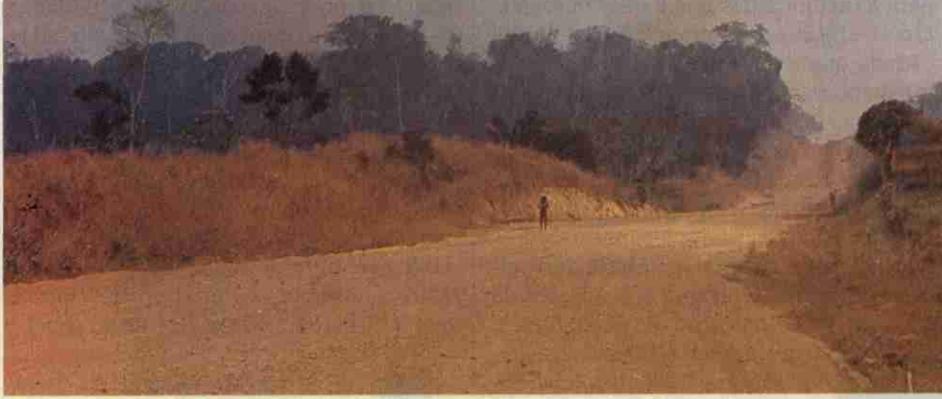
Já em 1986 técnicos começaram a estudar o que fazer para ordenar o caótico desenvolvimento da região. Para se ter uma idéia, a população chegou a crescer a uma taxa de 16% ao ano e essa explosão teve reflexos ecológicos de igual proporção. A área de desmatamento saltou de menos de 500 mil hectares em 1978 para mais de três milhões de hectares em 1988. O último levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta para uma devastação em 1993 de quatro milhões de hectares, 18% da extensão total do Estado. Calcula-se, no entanto, que a sangria na selva já chegue a cerca de 22% dessa área. "A meta é ocupar apenas 30% de Rondônia de maneira sustentada", afirma o governador Raupp. O

Planaflo está preocupado principalmente em proteger os outros 70%, com a criação de reservas florestais e indígenas, apoio às comunidades extrativistas, como seringueiros e populações ribeirinhas, além do direcionamento das atividades agrícolas e industriais mais apropriadas para o Estado. O projeto se torna ainda mais audacioso ao se propor fazer tudo isso e ainda buscar o consenso entre todos os grupos por ele atingidos, de pecuaristas e industriais a caboclos e índios. Resultado: o contrato com o Banco Mundial, que vai financiar US\$ 167 milhões dos US\$ 237 milhões totais, foi assinado em 1991 e somente nos últimos dois anos é que o Planaflo saiu realmente do papel.

Até dezembro passado, 61 áreas se transformaram em parques estaduais, estações ecológicas, reservas indígenas, biológicas ou extrativistas, que somam cerca de três milhões de hectares. Aproximadamente 12% da área de Rondônia foi destinada a zonas de proteção integral, que deverão ficar absolutamente intocadas. Criou-se um plano de fiscalização para os próximos cinco anos, boa parte das áreas protegidas já foi demarcada e a polícia militar florestal ganhou carros, barcos e um quartel central na cidade de Candeias, vizinha a Porto Velho. Foi colocado em prática até um programa de sensoriamento remoto via satélite das queimadas no Estado. Os filmes com as fotografias de cada quilômetro de Rondônia são colhidos pelo Inpe, em São José dos Campos (SP), e podem detectar os focos de incêndio, localizar as proprieda-

COLONIZAÇÃO DEVASTADORA

O desmatamento em Rondônia atingia 1,79% da área total do Estado em 1978 e saltou para 17,23% em 1988



em Washington, nos Estados Unidos, um pedido de investigação sobre desvios e omissões do próprio banco na execução do plano. A solicitação foi encaminhada em 1994 pelas 25 organizações não-governamentais (ONGs) e entidades de movimentos sociais que formam um Fórum de Rondônia. “Nos primeiros dois anos verificamos uma grande diferença entre o que era planejado e o que era executado”, explica Luís Rodrigues, secretário executivo do Fórum. Para se ter uma idéia do grau de discussão que envolve o projeto, as ONGs possuem 50% dos assentos nas comissões normativas e no conselho deliberativo do Planaflo-ro. “De qualquer modo, a proposta do plano é bastante avançada, talvez mais até do que a sociedade rondoniense pode suportar”, reconhece Rodrigues.

O próprio governador Valdir Raupp fez oposição ao Planaflo-ro durante a campanha que o elegeu pelo PMDB em 1994. “Não gostava do plano porque ele não se preocupava com a sobrevivência do 1,6 milhão de habitantes do Estado”, conta Raupp. “Com as negociações que se seguiram, hoje admito que o Planaflo-ro melhorou muito e é uma experiência única na Amazônia”, completa. Na semana passada, uma missão do Banco Mundial passou quatro dias em Rondônia supervisionando o andamento do projeto. É que está prestes a começar uma de suas etapas mais importantes: um detalhado zoneamento social, econômico e ecológico de todo o Estado, que servirá como guia para

des e, assim, servir de prova para a aplicação de multas. “É como a câmera de um banco. O crime fica gravado com data, hora e grau de intensidade do fogo”, explica o engenheiro florestal Eraldo Matricardi. O trabalho do satélite espião ganhou um apelido maroto: Sivamzinho. É que uma parte do discutido Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) será destinada justamente para o monitoramento de queimadas, o que hoje já é feito pela Rondônia ecológica.

Como um balão-de-ensaio de uma política que pode ser estendida por toda a Amazônia Legal – que abrange ainda os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins –, o Planaflo-ro sofre com a busca do consenso. Na quinta-feira 25, a diretoria executiva do Banco Mundial rejeitou,

Queimadas: crime vigiado pelo sensoriamento remoto via satélite

Guajará-Mirim, no Brasil: menos ICMS para vender importados



**Governador
Valdir Raupp:
explorar apenas
30% da
área do Estado**

o redirecionamento do seu desenvolvimento. Será o detalhamento de um primeiro trabalho feito em 1988, que classificou as diferentes regiões de Rondônia em seis diferentes zonas. Assim, ficarão bem definidas as áreas de preservação permanente e as que poderão ser tocadas pelo homem, detectando ainda qual a vocação local. "O Planafloresta começa enfim a amadurecer e deverá ser uma experiência única de desenvolvimento com conservação", diz, cheio de esperança, o consultor do governo, Gabriel de Lima Ferreira. Mas o plano é uma porta que se abre, não a solução definitiva para todos os problemas.

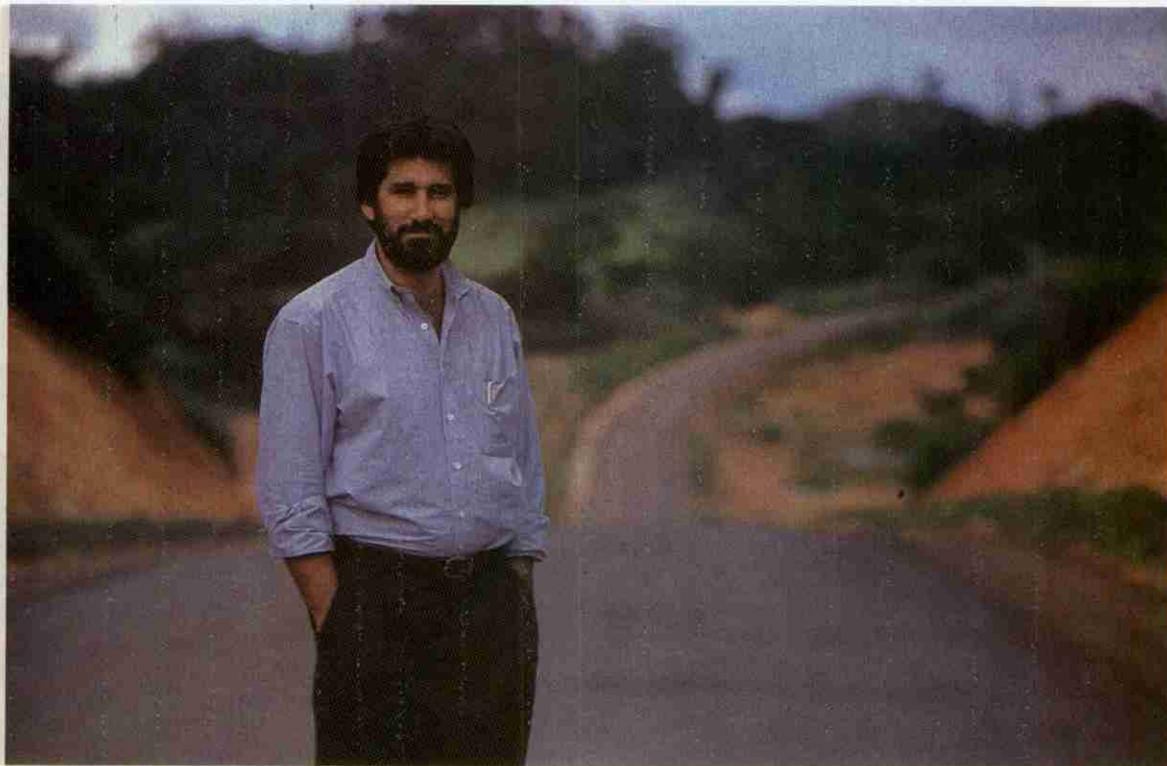
Para que essa Rondônia ecológica consiga se impor sobre a Rondônia colonizadora, tornou-se fundamental fazer com que a economia do Estado seja viável.

Pensando nisso, o secretário de Planejamento, Emerson Teixeira, decidiu literalmente traçar um norte para a política de desenvolvimento que está sendo implementada pelo atual governo. "Não podemos mais ficar de costas para a Amazônia e viver em função da demanda do Centro-Sul do País", explica Teixeira. "Precisamos olhar para o Norte e para o Chile, o Peru e a Bolívia, mercados onde

podemos ser competitivos", acrescenta esse engenheiro florestal, que também é consultor das Nações Unidas. De fato, ao tentar disputar os mercados de Rio e São Paulo, ou mesmo buscar o caminho da exportação pelos portos de Vitória, Santos ou Paranaguá, a produção agrícola de Rondônia perde em competitividade para as outras regiões do País. A culpa é do alto custo dos fretes para vencer os três mil quilômetros que o separam dos grandes centros. O jeito foi criar caminhos alternativos para escoar as grandes safras de café, feijão, cacau e algodão.

A solução estava logo ali ao lado de Porto Velho: a hidrovía do rio Madeira. Antes tomado pelas dragas dos garimpeiros que ali remexiam o seu leito em busca de ouro, o Madeira deverá se transformar agora num caminho para a exporta-

ção da safra agrícola de Rondônia, do Acre e do Mato Grosso. No hoje acanhado cais de Porto Velho será construído um moderno porto graneleiro que já em setembro estará despachando rio acima 300 mil toneladas de soja. O destino das balsas é o porto de Itacoatiara, no Amazonas, de onde a produção partirá em grandes navios para os Estados Unidos e a Europa. "A história de Rondônia vai ser dividida entre antes e depois do porto graneleiro", afirma Petrônio Soares, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, que também é responsável pelo projeto. A previsão é que logo em seu segundo ano a hidrovía do Madeira se torne a porta de saída para três milhões de toneladas de grãos. Além de diminuir o custo da exportação, o porto também servirá para baixar o preço da produção,



Foz do Iguaçu mirim

Os sacoleiros da região Centro-Oeste não precisam mais cruzar o País até Foz do Iguaçu ou a Zona Franca de Manaus para fazer suas compras. Guajará-Mirim, a 350 km de Porto Velho, na fronteira de Rondônia com a Bolívia, é a mais nova zona de livre comércio do Brasil. Criada no ano passado, ela já atraiu ônibus de Cuiabá, Brasília e Goiânia no Natal passado. A explicação não está apenas na menor distância. Guajará-Mirim oferece duas boas oportunidades de compra ao visitante: além da cota de US\$ 150, comum aos países de fronteira, há também outra de R\$ 3 mil para ser consumida nas lojas brasileiras, que vendem importados com redução na taxa de ICMS – em vez dos 17% praticados em todo o Estado, paga-se apenas 6%. Todo fim de semana, cerca de quatro mil brasileiros cruzam o rio Mamoré em pequenos barcos a motor e invadem Guayaramerin, na Bolívia, para comprar, sobretudo, bebidas alcoólicas, que não são vendidas do lado brasileiro.



Guayaramerin, na Bolívia: mototaxis para sacoleiros



Hidrelétrica de Samuel recebe rotor de nova turbina: energia ainda é um sério problema

já que no caminho de volta serão ali descarregados insumos agrícolas mais baratos. De tão atraente, o negócio despertou o interesse da iniciativa privada. Sem recursos para bancar sozinho a obra e de olho num futuro faturamento de cerca de US\$ 190 milhões em ICMS, o governo estadual aceitou fazer uma parceria com o Grupo Maggi (leia quadro abaixo) e tornar-se apenas um acionista minoritário. Para administrar o porto graneleiro, a empresa fará um investimento de R\$ 5 milhões, enquanto o Estado entra com o restante R\$ 1,5 milhão.

A recuperação da hidrovia Madeira-Amazonas também está servindo para atrair as primeiras indústrias para Rondônia. Fábricas de móveis começam a se instalar na região de Ji-Paraná, a segunda cidade do Estado, encravada bem no cen-

tro de Rondônia. “Estamos iniciando uma exploração racional da madeira. Quem não se modernizar não vai ter espaço”, assegura o governador Raupp. A Parmalat deverá montar uma fábrica de leite longa vida em Ouro Preto D’Oeste, uma região de pecuaristas que também está recebendo seus primeiros frigoríficos. A Secretaria do Planejamento também não vê a hora de poder anunciar a chegada de um grande fabricante de café solúvel – o Estado é o maior produtor da variedade de café ideal para esse tipo de produto. Há ainda empresas de beneficiamento de algodão, aviários e o próprio Grupo Maggi planeja construir uma fábrica de óleo de soja próxima ao seu porto graneleiro. “Estamos entrando numa segunda fase de desenvolvimento, que procura agregar valor ao que é produzido aqui”,

define o secretário Emerson Teixeira.

Existe, porém, um grande obstáculo para a expansão industrial planejada pelo governo de Rondônia: a limitada produção de energia. Todo o Estado é abastecido pela hidrelétrica de Samuel, que na terça-feira 23 recebeu o rotor do seu quinto e último gerador. Mesmo com ele, que entrará em funcionamento em maio, o sistema só tem capacidade para abastecer a demanda de energia doméstica. Para solucionar temporariamente o problema, o governo planeja construir duas termoeletricas, que somadas produzirão energia suficiente para suprir os 400 mil habitantes da capital, Porto Velho, e, assim, gerar um excedente que poderá ser absorvido pelas empresas. A construção de uma segunda hidrelétrica em Rondônia na região de Ji-Paraná deverá permanecer na gaveta. “O

Império dos Maggi

Quando o gaúcho André Maggi chegou à região amazônica foi chamado de “o último bandeirante do século XX”. A alcunha caiu-lhe como uma luva. Em 1962, ele deixou o Sul do País e foi plantar grãos no Mato Grosso. Nascia, assim, o Grupo André Maggi, empresa estritamente familiar dirigida pelo patriarca e o filho André Blairo. Nos últimos 23 anos, os negócios dos Maggi cresceram em saltos. Hoje eles detêm 13 empresas, que atuam basicamente no setor agropecuário e de construção, e vão entrar no mundo da administração portuária a partir do próximo dia 7 de setem-

bro, data em que inauguram dois portos graneleiros que passam pela hidrovia Madeira-Amazonas. “O negócio vai trazer um aumento de 20% no faturamento do grupo”, contabiliza Luiz Antonio Pagot, superintendente da Hermasa, empresa criada especialmente para dirigir os investimentos ao longo da hidrovia. Os portos graneleiros são apenas uma amostra do que André Maggi pretende fazer na Amazônia. Para os próximos anos, está prevista a construção de uma fábrica de óleos vegetais, outra de rações animais e uma terceira de fertilizantes, além da implantação de um frigorífico de suínos. São negócios que vêm se somar a 13 fazendas, onde os Maggi plantam algodão, milho, soja, e criam 17 mil cabeças de gado.



Soja: riqueza da família Maggi

PAULLINO MENEZES

impacto ambiental é devastador”, afirma o governador Valdir Raupp, enquanto sobrevoa parte dos 540 km² de floresta que foram inundados pelo reservatório de Samuel. Nos primeiros meses do ano, quando está abaixo de sua capacidade total, desponta um mar de troncos pelados no lugar do que antes era floresta. Segundo o governo, a solução definitiva para Rondônia e o Acre, que ainda hoje não possui abastecimento de energia elétrica, é fazer com que a

usina de Caiari saia do papel. Ela seria erguida junto a Porto Velho e aproveitaria o gás natural que hoje emana e é desperdiçado na bacia de Urucum, no Amazonas. Mais uma vez, a hidrovia do Madeira seria o caminho ideal para trazer o combustível, enquanto não houvesse demanda suficiente para a construção de um gasoduto.

A hidrovia não será a única saída para Rondônia. A outra alternativa é alcançar os portos do Pacífico, que estão pelo menos mil quilômetros mais próximos do que os portos brasileiros no Atlântico. Um grupo de empresários de Rondônia, Acre e Amazonas partiu, em setembro do ano passado, em caravana rumo aos portos de Ilo, no Peru, e Iquique e Arica, no Chile, para provar que essa ligação rodoviária já existe. Foram 25 dias de poeira e discursos inflamados de cidade em cidade sobre a integração regional. Os caminhões, pick-ups e ônibus percorreram 350 quilômetros até chegar a Guajará-Mirim, zona de livre comércio na fronteira, cruzaram o rio Mamoré, cortaram a Bolívia, subindo a La Paz e descendo em direção à fronteira com o Peru e o Pacífico. “Como ainda sou jovem, espero sair dirigindo meu próprio carro de Porto Velho em direção ao Pacífico”, brincou o governador Valdir Raupp, 40 anos, que se encontrou com a caravana em La Paz e foi recebido pelo presidente boliviano, Sánchez de Lozada, outro entusiasta do projeto. A ligação permitiria que os produtos brasileiros fossem exportados para o Japão e a Ásia sem a necessidade de cruzar o Canal do Panamá, o que encurtaria o trajeto em cerca de 4,6 mil milhas náuticas, o equivalente a oito mil quilômetros.

As saídas para o Pacífico e pela hidrovia do Madeira são fundamentais para um Estado que está à beira da falência. Com um orçamento anual de apenas R\$ 680



Missão do Banco Mundial se reúne em Porto Velho: longas discussões

sinado um convênio de cooperação técnica com o BNDES, que orientará os rumos da privatização das estatais de Rondônia. Sem dinheiro para sequer se manter, o governo depende de programas como o Planaflo para preservar o meio ambiente. E mais: tocar algumas obras urgentes nas áreas de saúde e sanea-

milhões, o governo mal tem condições de honrar os compromissos com a folha de pagamentos. Ao longo da última semana, o governador Valdir Raupp conviveu com manifestações de funcionários públicos, indignados com o atraso dos salários de dezembro. “As empresas estão inviabilizando o próprio Estado”, desabafa Raupp, enquanto promete saldar as dívidas do governo até o início de fevereiro. Para tentar contornar a crise, foi criado um programa de desestatização. No próximo dia 9 de fevereiro, será as-

mento básico. Para se ter uma idéia, 50% da população da capital não tem abastecimento de água e o mesmo acontece com cidades inteiras de 40 mil habitantes no interior do Estado. Com tamanha carência de recursos, o impacto na saúde da população é inevitável. Porto Velho, por exemplo, ganhou o título de campeã mundial de malária, com 29 mil casos em 1995. Nesse cenário, o apoio do Banco Mundial tornou-se vital para que a Rondônia ecológica vença o desafio de reconstruir o que a Rondônia colonizadora devastou. ■